

Com pauta cheia, Congresso pode perder fim de semana

Pelo menos seis projetos de lei em regime de urgência constitucional estão na ordem do dia para deliberação na Câmara Federal, esta semana. Os assuntos são polêmicos e prometem sessões movimentadas, com risco já anunciado pelo presidente da Casa, Ibsen Pinheiro, dos parlamentares permanecerem em Brasília durante o próximo fim de semana para esvaziar a pauta. Por tabela, também os senadores permaneceriam em Brasília. O esforço concentrado necessário porque faltam apenas 12 dias para o fim do mês e a Câmara não votou metade dos pontos considerados prioritários na pauta mensal. A forma de cobrança de presenças será decidida hoje na reunião de líderes. Uma das alternativas é descontar o salário de segunda e sexta daqueles que não compareceram às votações de terça ou quinta-feira.

Projetos — Com prazo esgotado desde domingo estão os Planos de Benefícios e de Custeio da Previdência — Negociação Coletiva de Trabalho e Organização Sindical — agora desmembrados — restabelecimento de incentivos fiscais para competitividade industrial e, vencendo na próxima sexta, o projeto que

fixa prazo para o término do controle na área da informática.

Ainda que em regime de urgência, fato inclusive que impede a deliberação apenas pelas comissões temáticas que têm poder terminativo, o atraso está ocorrendo, também, porque tais comissões não enviaram à Mesa os respectivos pareceres ou substitutivos para publicação. Sem a impressão formal dessas matérias qualquer deputado pode impedir a votação, razão pela qual as sessões deliberativas para apreciação dessas propostas só devem começar amanhã. Hoje, vota-se projetos já publicados com hora para terminar a ordem do dia porque o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, deverá prestar esclarecimentos, no final da tarde, em plenário, sobre os efeitos do Plano Collor II no Setor Rural.

Matérias, no entanto, é que não faltam. Oito requerimento de urgência foram apresentados na semana passada para apreciação de projetos sobre sociedades cooperativas; normas para adequado tratamento do ato cooperativo; proibição de comercialização de medicamentos cuja fabricação ou venda foi interditada no País de origem; indicação do tipo san-

guíneo nas cédulas de identidade; proteção ao trabalho do emprego doméstico; concessão de bolsa de estudo e pesquisa aos pós-graduados; multa para empresa que não mantiver creche para filhos de empregados; formação de banco de dados pessoais; mandato de injunção; e criação de um novo Tribunal Regional do Trabalho em Sergipe.

Isso sem falar nas proposições em condições de serem incluídas na agenda para este mês que devem permanecer "na geladeira". São mais de 160 projetos de lei, de resolução, de lei complementar, de decreto legislativo e até uma proposta de emenda à Constituição, do deputado Amaral Netto (PDS/RJ), que institui a pena de morte no Brasil. Estas não têm prazo para deliberação, salvo se algum parlamentar apresentar requerimento para votação em regime de urgência. Para junho estão previstos, ainda, o comparecimento do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira (dia 27) e, até o dia 30, uma sessão secreta para votação da comissão mista que investigou a agressão física, em plenário, do deputado Nobel Moura (PTB/RO) à deputada Raquel Cândido (PRN/RO).